

## **XII REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE MINISTROS DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA**

**Maputo, 20 de fevereiro de 2014**

### **Resolução sobre o Plano de Ação de Lisboa**

O Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) reunido na sua XII Reunião Extraordinária, em Maputo, no dia 20 de fevereiro de 2014:

*Ciente* de que a promoção e difusão da língua portuguesa constituem um dos três objetivos gerais estabelecidos nos Estatutos da CPLP;

*Destacando* o importante papel que a língua portuguesa ocupa no mundo como uma das grandes línguas de comunicação internacional, multinacional e, como tal, partilhada por cidadãos de diferentes países e comunidades;

*Reiterando* o facto de a língua portuguesa estar representada em organizações regionais, continentais e internacionais, projetando-se como língua oficial, de trabalho ou de documentação em diversos organismos multilaterais;

*Ressaltando* a necessidade de prosseguir os esforços em curso e promover novas iniciativas de âmbito nacional e multilateral, no sentido de reforçar a influência e a posição da língua portuguesa no sistema mundial;

*Congratulando-se* com a iniciativa de Portugal de acolher a II Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial, realizada em Lisboa entre 29 e 31 de outubro de 2013, com a participação de investigadores e docentes de todos os Estados membros da Comunidade e de outros países, e de cujas conclusões resultou o Plano de Ação de Lisboa (PALis), o qual, em conjunto com o Plano de Ação de Brasília, adotado em 2010, define estratégias globais para a promoção e a difusão da língua portuguesa;

*Considerando* que a II Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial deu ênfase aos temas da língua portuguesa na

ciência, inovação e economia criativa, além de ter aprofundado outros temas anteriormente tratados pela Conferência de Brasília;

**DECIDE:**

1. *Aprovar e Recomendar* à X Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, em Díli, a adoção do “Plano de Ação de Lisboa”, em anexo à presente Resolução.
2. *Apoiar* a recomendação de realização, num prazo de três anos, da III Conferência Internacional sobre a Língua Portuguesa no Sistema Mundial.

Feita em Maputo, a 20 de fevereiro de 2014

## PLANO DE AÇÃO DE LISBOA

### I. INTRODUÇÃO

#### **i. Enquadramento da II Conferência sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial**

O futuro da língua portuguesa no sistema mundial deve ser encarado com realismo, mas também com ambição, porque é uma das grandes línguas de comunicação internacional e a primeira que muitos habitantes do planeta aprendem a falar. Ao contrário de outras línguas nacionais, faladas apenas por cidadãos de um único país, a língua portuguesa é multinacional, partilhada por cidadãos de diferentes países e está presente, de modo vivo e dinâmico, em comunidades de todo o mundo, nas quais possui diferentes estatutos.

Goza do estatuto de língua oficial nos Estados membros (EM) da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) – Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste –, distribuídos por quatro continentes e, a esse título, está representada em organizações regionais, continentais e mundiais. Os EM da CPLP têm assumido participação ativa em instâncias internacionais, operações humanitárias e de manutenção da paz e são contribuintes significativos para organismos internacionais, projetando a língua portuguesa como língua oficial, de trabalho ou de documentação, em mais de duas dezenas de organismos multilaterais ou regionais.

Nos EM da CPLP, as línguas nacionais que convivem com o português são língua materna de parte da população, que ou não fala português ou o usa apenas como língua veicular. Tanto nesse espaço como nas diásporas e noutras comunidades, a língua portuguesa beneficia desse convívio e enriquece-se com o multilinguismo.

Estas características e circunstâncias contribuem para tornar a língua portuguesa atrativa para falantes de outros idiomas, que a estudam e adquirem como língua segunda ou língua estrangeira. Daí resulta considerável incremento para o seu papel como língua internacional.

Importa prosseguir os esforços em curso e promover novas iniciativas de

âmbito nacional e multilateral, no sentido de reforçar a influência e a posição da língua portuguesa no sistema mundial.

Inserese neste objetivo a realização da II Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial. O segmento científico reuniu-se na Universidade de Lisboa, nos dias 29 e 30 de outubro de 2013, a partir de uma iniciativa da CPLP e do Governo Português, com a organização conjunta do Camões, I.P., do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP) e de um consórcio de quatro universidades portuguesas – as Universidades de Lisboa, Porto e Coimbra e a Universidade Nova de Lisboa –, e a participação de investigadores e docentes de todos os países da Comunidade e de outros países. Os trabalhos deste primeiro segmento foram distribuídos por três conferências plenárias, sete reuniões temáticas, dezasseis sessões de comunicações livres e duas sessões de apresentação de projetos e produtos.

No segmento seguinte, de natureza técnica e governamental, realizado no dia 31 de outubro na sede da CPLP, foram apreciadas as conclusões daquela reunião e elaborado o presente documento, designado como Plano de Ação de Lisboa (PALis). Este Plano, assim como o Plano de Ação de Brasília (PAB), adotado em 2010, define estratégias globais para a promoção e a difusão da língua portuguesa.

#### **ii. Declaração de propósitos e ênfase na ação para o futuro da língua portuguesa – identificação de objetivos**

O futuro da língua portuguesa justifica a ponderação e a formulação de planos de longo prazo, que deem corpo a uma visão estratégica global, adequada a servir os interesses partilhados dos EM da CPLP e proporcional aos recursos disponíveis – objeto dos Planos de Ação de Brasília e de Lisboa. Nesse âmbito, esta visão estratégica abrangente deve traduzir-se em ações de caráter mais imediato – definidas, por exemplo, em Planos Estratégicos Setoriais –, na prossecução de políticas em domínios tão importantes como a ciência e a tecnologia, o ensino e a formação profissional, assim como a afirmação da língua portuguesa no sistema mundial.

A globalização influencia de diferentes maneiras os grandes espaços de integração/cooperação e de identidade linguística e cultural. No caso da CPLP,

este facto recomenda que o papel da língua portuguesa para o desenvolvimento seja pensado a partir da sua relevância no acesso equitativo de todos à educação. Em países multilingues, quando a língua portuguesa tem existência como língua segunda, ela pode constituir um recurso veicular no processo de ensino/aprendizagem, uma vez que dá aos falantes de cada língua materna uma oportunidade igual de acesso e permanência no sistema educativo, capaz de promover e de reforçar a inclusão e a paz social. Por outro lado, a pertença a um grande espaço cultural e de comunicação traz facilidades com relevância económica para o desenvolvimento dos vários países, como o estatuto de língua internacional de trabalho, ou o acesso a mercados e negócios, que são ao mesmo tempo incentivos permanentes em todos os níveis de prossecução de uma cidadania plena.

A II Conferência deu ênfase aos temas da língua portuguesa na ciência, inovação e economia criativa, além de ter aprofundado outros temas anteriormente trabalhados na Conferência de Brasília. Considerou essencial a participação da sociedade civil em ações de promoção e difusão da língua portuguesa e formulou um conjunto de sugestões, organizadas em torno dos domínios a seguir enunciados:

i. Língua de ciência e de inovação ii. A língua como fator de relevância na economia criativa iii. A língua na cooperação entre os países da CPLP e nas comunidades das diásporas iv. A língua portuguesa nas organizações internacionais v. A língua portuguesa no ensino a falantes de outras línguas.

## **II. APRECIÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO DE BRASÍLIA**

A apreciação da implementação do PAB, realizada durante a II Conferência, orientou-se pelos seis eixos temáticos que o estruturam: I - Estratégias de implantação da língua portuguesa nas organizações internacionais; II - Estratégias de promoção e difusão do ensino da língua portuguesa; III - Estado de desenvolvimento do Acordo Ortográfico; IV - Difusão pública da língua portuguesa; V - Importância da língua portuguesa nas diásporas; VI - Participação da Sociedade Civil.

Os eixos temáticos do PAB tiveram diferentes ritmos de implementação. Alguns registaram progressos, como a difusão do ensino da língua portuguesa no espaço da CPLP, a elaboração de Vocabulários Ortográficos Nacionais (VON), com metodologia para sua integração no Vocabulário Ortográfico Comum (VOC), e a difusão da língua portuguesa junto às diásporas. Outros registaram avanços mais lentos, como a implantação da língua portuguesa nas Organizações Internacionais (OI) ou a participação da Sociedade Civil na promoção da língua portuguesa. Apesar dos avanços, há lacunas a preencher, pois as metas traçadas pelo PAB permanecem relevantes, sendo recomendável prosseguir os esforços já iniciados.

O documento de apreciação da implementação do PAB constitui anexo e parte integrante do PALis.

### **III. PLANO DE AÇÃO DE LISBOA RECOMENDAÇÕES DE POLÍTICAS DE FUTURO PARA O PAPEL DA LÍNGUA PORTUGUESA**

#### **i. A língua portuguesa no desenvolvimento científico e na inovação**

Como língua de ciência, a língua portuguesa enfrenta alguns desafios no contexto mundial, de enorme exigência qualitativa, no qual a participação de investigadores de língua portuguesa é ainda escassa.

São relevantes para o processo de consolidação da capacidade científica e tecnológica do espaço da língua portuguesa, a médio e longo prazo, os passos que estão a ser dados no sentido da aproximação das comunidades científicas dos países da CPLP, da valorização dos recursos humanos e do incremento da publicação científica em língua portuguesa.

O desenvolvimento de um sistema comunitário de inovação implica, ainda, o fortalecimento das relações sistémicas entre os vários atores da cadeia de valor da inovação – desde produtores de conhecimento a financiadores de alta tecnologia, passando pela indústria e pelo consumidor.

A visão da CPLP referente à cooperação multilateral nos domínios da Ciência e Tecnologia e do Ensino Superior, plasmada nos documentos finais dos Órgãos deliberativos da CPLP, produzidos entre 1999 e 2012, comporta as seguintes dimensões estratégicas:

a) Definição de prioridades de cooperação no âmbito da investigação fundamental e aplicada;

b) Aposta no conhecimento científico com base nos princípios de desenvolvimento sustentável e de inclusão social, redução da pobreza e melhoria da qualidade de vida;

c) Aposta na cooperação científica e tecnológica em áreas de interesse prioritário dos EM, por meio de ações efetivas de conteúdo prático e caráter prioritário, articuladas com as políticas e programas de Ciência e Tecnologia (C&T) de cada país;

d) Importância da formação de recursos humanos em C&T para a integração dos cidadãos da CPLP na comunidade internacional mediante a elevação das capacidades científico-tecnológicas dos EM da CPLP;

e) Favorecimento da cooperação científico-técnica em matéria de transferência de tecnologia como elemento indispensável ao progresso.

Para implementar estas dimensões estratégicas, são necessárias as seguintes medidas:

1. Recomendar aos EM que, por intermédio das suas instituições de financiamento, avaliação e certificação científicas, valorizem o uso da língua portuguesa na comunicação e produção científicas, assim como nos documentos de trabalho, de candidatura e gestão de projetos científicos;

2. Mapear os domínios científicos que, pela natureza do seu objeto e dos espaços em que se desenvolvem, propiciem a produção de literatura científica especializada em língua portuguesa;

3. Reconhecer o papel das terminologias científicas e técnicas como instrumento facilitador da comunicação entre os cientistas e investigadores dos países da CPLP e, sobretudo, como facilitador do ensino da ciência, da partilha do conhecimento e da disseminação da cultura científica, tendo em conta os projetos de normalização e/ou harmonização linguística já em curso;

4. Reforçar a utilização da língua portuguesa no mundo digital, atuando de maneira conjunta, evitando a multiplicação desnecessária de recursos e aproveitando o potencial da Internet como meio atenuante dos efeitos da

dispersão geográfica dos países da CPLP;

5. Promover o desenvolvimento de recursos científicos e de infraestruturas digitais em língua portuguesa, de acesso aberto e gratuito;

6. Fomentar medidas concretas para promover a indexação de publicações científicas nas bases bibliométricas de referência, tais como a SCIELO e a *Web of Science*;

7. Estimular a tradução de obras científicas de referência, sobretudo as que possam ser utilizadas em contextos de formação académica inicial e de divulgação científica;

8. Dar continuidade a projetos de mobilidade e a parcerias para a investigação entre os países da CPLP, através do mapeamento das áreas científicas que possam ser percebidas como convergentes e de interesse comum;

9. Fortalecer os repositórios de produção científica existentes, garantindo a sua interoperabilidade através de padrões e formatos de metadados comuns, e fomentar programas de pesquisa sobre processamento computacional da língua portuguesa nas universidades dos EM;

10. Incentivar projetos que permitam a circulação de informação entre as diferentes plataformas de registos de *curricula* e instituições dos EM;

11. Impulsionar a formação de novas gerações de cientistas e investigadores da CPLP, dando-lhes a oportunidade de estudarem e praticarem ciência e investigação nos EM, através da concessão de bolsas de doutoramento;

12. Desenvolver sinergias entre os EM nos campos do ensino superior, da formação de professores, da gestão educacional, das práticas pedagógicas e da formação técnica e profissional;

13. Partilhar experiências de formação universitária a distância, dentro e fora dos EM, por meio da criação de polos presenciais e do aumento da oferta de cursos e de turmas;

14. Ampliar programas de parceria e de intercâmbio para a formação de estudantes e profissionais, em particular, promovendo a mobilidade e a cooperação interuniversitária, a formação de professores e de gestores do ensino técnico e a realização de estágios profissionais, especialmente nas áreas



prioritárias para o desenvolvimento;

15. Reforçar a oferta de bolsas de graduação e de pós-graduação disponibilizadas pelos governos e pela iniciativa privada dos EM;

16. Mobilizar as instituições de Ensino Superior dos EM para a participação em redes de instituições congéneres, no âmbito da CPLP;

17. Dinamizar a constituição de sistemas de avaliação do ensino superior dos EM, a partir de indicadores e tipologias de regularização existentes nas instituições nacionais responsáveis pela avaliação e acreditação.

## **ii. A língua portuguesa no reforço do empreendedorismo e da economia criativa**

A afirmação global da língua portuguesa articula-se com a difusão das culturas nacionais que a tomam como veículo e com os esforços de internacionalização da economia. O conjunto das economias dos EM da CPLP ocupa já um lugar relevante no PIB mundial, posição que tende a consolidar-se e que deve ser assumida como argumento fundamental. Neste quadro, destaca-se o papel de mediação exercido pela língua portuguesa, enquanto propiciadora e facilitadora de contactos e de oportunidades de negócio: a) entre os países da CPLP; b) como língua oficial e veicular, no interior dos países multilingues; c) como língua estrangeira, nos contactos com instituições e empresas internacionais. No quadro da economia criativa, a língua portuguesa assume também a natureza de produto, concebido, trabalhado e comercializado por iniciativa dos criadores culturais, artísticos, literários, mas ainda, em vertente menos reconhecida e explorada, como ingrediente de produtos informáticos e mediáticos, com elevado potencial de geração de riqueza, tendo sobretudo em conta o lugar de destaque que ocupa, no mundo, entre os utilizadores das principais redes sociais.

O desenvolvimento das economias dos países de língua portuguesa tem despertado a atenção de vários investidores, pelo que importa identificar áreas e tipos de produtos em que a língua seja economicamente relevante, face ao seu poder agregador de milhões de falantes. Importa, também, reconhecer o valor da língua portuguesa enquanto fator para a promoção da economia e responder

ao interesse crescente na aprendizagem e na tradução de e para língua portuguesa. A diversidade linguística no seio da CPLP reforça a relevância do valor económico da língua portuguesa e torna claro o seu papel enquanto idioma de mediação.

Todos estes fatores reforçam a importância da harmonização terminológica e da promoção do ensino da língua portuguesa para fins específicos.

Tendo em conta o impacto da economia criativa na dinamização do tecido económico, pela capacidade de gerar emprego, e na promoção do bem-estar social, os EM deverão fomentar iniciativas que reforcem a presença e o papel da língua portuguesa no empreendedorismo e na economia criativa. Para tanto, dever-se-á:

1. Sensibilizar os agentes financeiros e empresariais para o valor económico da língua portuguesa;
2. Criar e consolidar bibliotecas e outros acervos digitais para preservar a memória e garantir o acesso ao património cultural da língua portuguesa;
3. Promover e divulgar a arte e as indústrias culturais e criativas em língua portuguesa, por meio de iniciativas conjuntas dos EM;
4. Estimular a edição e a tradução de obras de escritores de língua portuguesa;
5. Fortalecer a proteção da propriedade intelectual nas áreas das economias criativas;
6. Fomentar a circulação de artistas e bens culturais dos países de língua portuguesa;
7. Realizar estudos para mensurar a economia criativa nos EM, assim como o valor económico da língua portuguesa;
8. Identificar as indústrias em que a língua portuguesa desempenhe um papel importante na dinamização de projetos de empreendedorismo que contribuam para a promoção da língua e das culturas dos EM.

### **iii. A língua portuguesa na cooperação entre países da CPLP e nas comunidades das diásporas**

Atenta ao desenvolvimento da língua portuguesa no mundo, a CPLP tem como essencial, a par das ações nos EM e da cooperação intracomunitária, a atuação junto das comunidades de falantes de língua portuguesa noutros países, pois as diásporas da CPLP, constituídas por milhões de cidadãos integrados em países dos cinco continentes, representam um fator dinâmico para a projeção da língua portuguesa. Importa, assim, que os EM estimulem as suas diásporas a se constituírem como espaços de promoção da língua.

As diásporas poderão posicionar-se e assumir-se como atores estratégicos em diferentes contextos, como sejam:

- serem propulsoras da consagração do estatuto curricular da língua portuguesa nos sistemas de ensino nacionais ou estatais dos países de acolhimento;

- serem defensoras de lugares fixos nas agendas artísticas e espaços públicos de prestígio dos países de acolhimento, firmando-se numa política de proximidade e jogando com as cartografias artísticas locais ou de espaços geoculturais;

- e ainda, assumirem-se como agentes das economias nacionais, potenciando as regiões de origem.

No campo da cooperação, os EM envidarão esforços para ampliar ações conjuntas, visando fortalecer programas de ensino da língua portuguesa em cada país.

Em vista do que precede, deverão os EM:

1. Promover internacionalmente a língua portuguesa no quadro de uma estratégia coordenada das representações oficiais dos EM;

2. Mobilizar as comunidades das diásporas para a promoção da língua portuguesa;

3. Promover formas de difusão da língua portuguesa junto dos espaços linguísticos próximos, em particular nos países vizinhos dos EM;

4. Promover a preservação, o estudo e o ensino de outras línguas

nacionais, em articulação com os da língua portuguesa, tanto no interior dos EM como no exterior;

5. Apoiar a formação de tradutores e de intérpretes; 6. Ampliar a oferta de cursos de língua portuguesa que atendam ao grau de conhecimento e domínio da língua, em estruturas institucionais dos EM, sobretudo naquelas que se encontram fora dos países de língua oficial portuguesa;

7. Incentivar práticas de multilinguismo, a partir da inventariação das línguas faladas nos EM, da caracterização social do seu uso e da formação e capacitação técnica e profissional de professores e formadores dessas línguas;

8. Apoiar programas de ensino bilingue, com base em experiências de promoção do sucesso escolar;

9. Garantir aos professores de língua portuguesa a aquisição de uma sólida formação linguística, que os torne explicitamente conscientes das diferentes variedades da língua portuguesa e da sua relação com as normas nacionais;

10. Identificar, nos EM, as necessidades de formação de professores de língua portuguesa, assim como de professores que ensinem outras disciplinas em língua portuguesa;

11. Incrementar ações tendentes a elevar a qualidade do ensino básico nos EM, nomeadamente mediante a otimização de programas de formação de professores de língua portuguesa e em língua portuguesa, tendo em conta as recomendações do PAB sobre sistemas de avaliação educacional;

12. Promover a leitura, nos EM e nas diásporas, mediante a criação de bibliotecas escolares conforme os diferentes contextos, designadamente, bibliotecas itinerantes e conjuntos de leitura orientada;

13. Promover projetos e ações no âmbito do ensino técnico e profissional, dirigidos a jovens e a adultos nos EM, de modo a eliminar as disparidades entre diferentes modalidades de ensino;

14. Incentivar projetos e ações que visem generalizar nos EM a utilização das Tecnologias da Informação e da Comunicação, tanto no ensino presencial como a distância;

15. Promover e apoiar a internacionalização da língua portuguesa em áreas tecnológicas, económicas e das ciências exatas;

16. Apoiar programas de intercâmbio e de mobilidade, designadamente no ensino superior, em que a formação seja feita em outra língua, desde que associados à aprendizagem da língua portuguesa e das culturas dos países onde é falada;

17. Apoiar o intercâmbio de experiências sobre modelos de ensino da língua portuguesa nas diásporas e estimular a elaboração de propostas para:

a) mapear as necessidades das comunidades e divulgar oportunidades de ensino da língua portuguesa, presencial e a distância;

b) desenvolver metodologias de ensino, métodos pedagógicos e material didático específicos ao ensino do português como língua de herança e língua segunda;

c) promover seminários da CPLP sobre modelos de ensino da língua portuguesa nas diásporas.

18. Realizar concursos da CPLP dirigidos às diásporas, que sensibilizem para a importância da língua portuguesa. Os concursos poderão incluir categorias distintas (tais como literatura, música, teatro e outras formas de expressão artística) e os prémios poderão abranger a publicação, gravação ou encenação das obras selecionadas, incluindo a divulgação dos resultados e conteúdos por meio do Portal da CPLP;

19. Estabelecer parcerias com Governos, universidades e outras instituições locais que promovam o ensino da língua portuguesa, constituindo instrumentos de articulação, tais como uma rede internacional de universidades com ensino da língua portuguesa;

20. Dinamizar o papel dos Embaixadores de Boa Vontade da CPLP na promoção e difusão da língua portuguesa;

21. Retomar as recomendações do PAB, reafirmando o interesse da CPLP em estudar as condições para a elaboração de um quadro de referência para a formação de professores de língua portuguesa, bem como de processos de certificação de professores de língua portuguesa.

#### **iv. A língua portuguesa nas organizações internacionais**

Os EM deverão continuar a desenvolver uma política assertiva e concertada a nível multilateral, assim como estratégias de integração, a curto, médio e longo prazo, da língua portuguesa como língua de trabalho de um maior número de organizações e agências internacionais.

Assim, os EM deverão tomar, entre outras, as seguintes iniciativas:

1. Incentivar a utilização da língua portuguesa nas intervenções públicas internacionais;

2. Desenvolver ações concertadas, com vista à sua adoção como língua oficial ou de trabalho no sistema das Nações Unidas, assim como de outras OI, designadamente pela criação e financiamento, na maior medida possível, de centros de tradutores e intérpretes;

3. Desenvolver e disponibilizar, na página do IILP, um registo de tradutores e intérpretes de e para língua portuguesa e de instituições que ofereçam estes serviços nas cidades-sede das OI ou que acolham eventos internacionais.

4. Efetuar o levantamento dos funcionários das OI, que são nacionais dos EM, com vista a fomentar sinergias para a internacionalização da língua portuguesa.

#### **v. O ensino da língua portuguesa a falantes de outras línguas**

O futuro da língua portuguesa passa, também, pelo seu ensino a falantes de outras línguas. Assim se assume como espaço de partilha, de interação e aproximação entre culturas e povos e como língua de acesso a novos mercados de trabalho e de negócio espalhados pelo mundo.

Verifica-se que a aprendizagem da língua portuguesa, desde a última década, tem tido uma procura exponencial, como língua estrangeira, seja em espaços de educação formal, como língua opcional curricular em Universidades estrangeiras, seja nos de formação complementar.

Importa também alargar as boas práticas já em desenvolvimento por parte de países terceiros ao legislarem sobre o estatuto do português como língua

opcional curricular nos subsistemas do ensino básico ou secundário e, necessariamente, a respetiva formação certificada de professores.

O ensino da língua portuguesa como língua estrangeira pode ser potenciado por iniciativas como:

1. Recomendar ao IILP que retome a reflexão sobre estratégias de ensino da língua portuguesa que tenham em conta as suas diferentes variantes e que prossiga a criação de recursos didáticos comuns para o seu ensino como língua estrangeira, como tem sido realizado no âmbito do Portal do Professor de Português Língua Estrangeira (PPPLE);

2. Promover maior coordenação entre os esforços dos EM na promoção da língua portuguesa para estrangeiros, explorando sinergias entre os projetos em curso;

3. Criar e aperfeiçoar instrumentos de apoio ao ensino da língua portuguesa para fins específicos;

4. Estabelecer uma metodologia e ações específicas para a formação e a atualização de professores de língua portuguesa e para a criação de um sistema coordenado de certificação compatível com os quadros de referência existentes, ou em processo de criação, nos espaços em que se inserem os EM;

5. Promover a edição de audiolivros de obras completas, assim como de antologias de autores, inclusive contemporâneos, dos países da CPLP.

#### **IV. SEGUIMENTO DO PLANO DE AÇÃO DE LISBOA**

O PALis será eficaz se as recomendações se materializarem em medidas suscetíveis de avaliação. Competirá a cada EM, em particular através das CN do IILP, garantir o acompanhamento das medidas propostas.

O sucesso das medidas propostas pode resultar de políticas concertadas entre EM da CPLP ou de iniciativas locais. Neste sentido, importa que o acompanhamento da execução do PALis se faça localmente e através das estruturas da CPLP, que deverão apresentar um programa de execução e calendarização dessas medidas.

Recomenda-se que o IILP e o Secretariado Executivo, dentro das

respetivas áreas de competência, recolham informação sobre as medidas adotadas em cada país e mantenham os Órgãos Deliberativos da CPLP informados, com regularidade, sobre a implementação do PALis.

Recomenda-se, ainda, que os EM promovam a realização, dentro de três anos, de uma III Conferência.



## **ANEXO**

### **APRECIACÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO DE BRASÍLIA**

A apreciação da implementação do PAB orienta-se pelos seis eixos temáticos que o estruturam, a saber: I - Estratégias de implantação da língua portuguesa nas organizações internacionais; II - Estratégias de promoção e difusão do ensino da língua portuguesa; III - Estado de desenvolvimento do Acordo Ortográfico; IV - Difusão pública da língua portuguesa; V - Importância da língua portuguesa nas diásporas; VI - Participação da Sociedade Civil.

#### **a) Apresentação e análise dos resultados:**

No que respeita às estratégias de implantação da língua portuguesa nas Organizações Internacionais (OI), os Estados Membros (EM) lograram manter coordenação permanente de suas Missões junto às Nações Unidas, em Nova Iorque, no sentido de contratar serviços de interpretação para os discursos de seus Chefes de Estado e de Governo durante a Assembleia Geral anual daquele Organismo. Mantiveram, igualmente, coordenação de esforços de suas Missões Permanentes junto à UNESCO, em Paris, no sentido de adotar a língua portuguesa como língua de trabalho na Conferência Geral da Organização, bem como de valorizar o idioma no âmbito do multilinguismo, mediante a participação ativa e coordenada, com eventos culturais diversos, no Dia da Língua Portuguesa (5 de maio), anualmente comemorado na referida Organização. O apoio a candidaturas de nacionais de EM da CPLP para OI também foi mobilizado frequentemente, e a eleição dos Diretores-Gerais da FAO e da OMC são os frutos mais visíveis desses esforços. O Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), com mandato conferido pelo CCP, organizou um colóquio em Luanda, de 03 a 05 de julho de 2012, para aprofundar teórica e tecnicamente as disposições do PAB referentes à língua portuguesa nas OI, durante o qual foi possível mobilizar um corpo internacional de especialistas na área, com vistas a participações e consultorias em projetos futuros. Há relatório abrangente do IILP sobre este e outros três colóquios organizados pelo Instituto entre 2011 e 2012, para aprofundar os debates em torno dos eixos temáticos do PAB, e que serão referidos adiante.

No tocante às estratégias de promoção do ensino da língua portuguesa no espaço da CPLP, os EM articularam ações de cooperação para capacitação e formação continuada de professores de língua portuguesa e professores de disciplinas diversas em língua portuguesa. Registam-se exemplos de práticas bem sucedidas de cooperação também na alfabetização e educação de jovens e adultos, no ensino profissionalizante, na educação técnica e profissional, na formação científica e tecnológica, e na utilização das tecnologias da informação e comunicação na educação, como as bibliotecas digitais, em reconhecimento ao papel primordial da educação de qualidade na difusão e fortalecimento da língua portuguesa no espaço intracomunitário. Igualmente digno de relevo é o colóquio organizado pelo IILP em Maputo, de 12 a 14 de setembro de 2011, sobre “A Diversidade Linguística nos Países da CPLP”, para analisar abordagens de ensino de línguas em contextos multilingues e compartilhar experiências em ensino bilíngue, com vista a elaborar currículos e materiais didáticos adequados às diferentes situações sociolinguísticas nos EM.

O ensino da língua portuguesa como língua estrangeira (PLE) registou avanços. Ampliou-se a oferta de cursos em universidades estrangeiras, mediante a abertura de leitorados e de centros de língua portuguesa, bem como a oferta de cursos de língua portuguesa para públicos diversos, com a abertura de centros culturais dos EM em países terceiros. É igualmente digno de nota o lançamento pelo IILP, nesta II Conferência, do Portal do Professor do Português Língua Estrangeira (PPPLE), plataforma virtual de recursos para o ensino e aprendizagem do português como língua estrangeira, consoante expressa recomendação do PAB. O relatório do Diretor-Executivo do IILP, acima referido, dá conta de que o PPPLE, concebido, desenvolvido, alimentado e gerido de forma multilateral, instrumento genuíno de cooperação linguístico-cultural entre os EM, oferecerá ao público-alvo de professores de língua portuguesa, como língua materna e como língua segunda, na forma de 720 unidades didáticas, acessíveis gratuitamente, recursos didáticos de qualidade produzidos a partir dos EM. O projeto, que também visa contribuir para que os PALOP e Timor-Leste aprofundem seu papel de agentes de difusão do idioma nas suas respectivas áreas de influência, já conta, para o lançamento, com 150 lições, correspondentes à primeira fase de implementação.

No que respeita ao estado de desenvolvimento do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (AOLP), verificaram-se progressos nos diferentes países. Merecem destaque os avanços em curso para cumprimento da recomendação do PAB de elaboração, pelos EM, de seus Vocabulários Ortográficos Nacionais (VON), com base nos quais se produza, em formato eletrónico, sob a coordenação do IILP e com a participação de uma comissão de especialistas designados pelos EM, um Vocabulário Ortográfico Comum da Língua Portuguesa (VOC). A metodologia de elaboração do VOC, mediante a integração dos VON de cada EM numa única plataforma digital, iniciada a partir dos VON do Brasil e de Portugal, foi aprovada na reunião anual ordinária de 2011 do Conselho Científico do IILP (CCIILP), que entendeu ser seu mérito garantir a cada EM a oportunidade de apresentar a documentação que corporifica as especificidades do uso da língua portuguesa que lhe são próprias. Neste momento, quatro equipas nacionais trabalham numa plataforma de edição operacional, com servidores montados, a gerenciar 260 mil palavras, número que supera a meta traçada para 2013 (250 mil palavras). No caso de Angola, em observância ao ordenamento jurídico nacional, os resultados do trabalho em curso deverão ser submetidos à aprovação do Parlamento Nacional e, posteriormente, remetidos à Equipa Central do VOC. Durante a II Conferência, foi apresentada a versão consultável do VOC em regime fechado, disponível para as Comissões Nacionais e para o Comité de Concertação Permanente da CPLP. Espera-se o lançamento da primeira versão aberta em julho de 2014, por ocasião da Cimeira de Díli.

No âmbito da difusão pública da língua portuguesa, a revolução tecnológica trouxe a necessidade de se manter e ampliar a vitalidade da língua portuguesa na Internet, no mundo digital e na sociedade do conhecimento em geral. Com base nessa premissa, o IILP organizou o colóquio “A Língua Portuguesa na Internet e no Mundo Digital”, em Guaramiranga, Ceará, Brasil, de 23 a 24 de abril de 2012, para, a partir do estudo da presença da língua portuguesa na Internet, identificar linhas de ação para fortalecê-la, como, por exemplo, propor padrões e metadados comuns aos portais de publicação de acervos de equipamentos culturais como bibliotecas, museus e repositórios digitais de produção científica das diversas instituições dos EM, que proporcionem interoperabilidade aos acervos e catálogos da língua portuguesa. No plano das

formas tradicionais de difusão pública, os EM mantiveram o incentivo à participação em feiras internacionais do livro, bem como à realização de festivais, mostras, temporadas culturais e eventos diversos em terceiros países.

A importância da língua portuguesa nas diásporas estimulou os EM a desenvolverem programas com vista a fortalecer os vínculos culturais daquelas com os países de origem. Foi dada ênfase à difusão da língua portuguesa, em especial às iniciativas desenvolvidas pelas próprias comunidades, mediante a oferta de cursos de formação de professores de português como língua de herança, doação de livros e disponibilização de portais de entidades públicas de ensino dos EM. Com o mesmo fim de envolver as comunidades da CPLP em terceiros países, as Embaixadas e Consulados dos EM continuam a celebrar, anualmente, a 5 de maio, o “Dia da Língua Portuguesa e da Cultura na CPLP”, com eventos educativos e culturais. Ademais, com o intuito de melhor compreender o papel das diásporas e as possibilidades que proporcionam para a difusão da língua portuguesa, o IILP organizou o colóquio “A língua portuguesa nas diásporas”, na cidade da Praia, de 28 a 30 de novembro de 2011, durante o qual esboçou-se o panorama das ações oficiais em curso para a promoção da língua portuguesa nas diásporas, com vista à construção de sinergias.

Seguindo recomendação do PAB, a participação da sociedade civil na promoção e difusão da língua portuguesa foi tema de debate do I Fórum da Sociedade Civil (Brasília, 28 a 30 de setembro de 2011). Na ocasião, o Grupo de Trabalho sobre Educação produziu lista de sugestões que envolvem aspetos fundamentais para a difusão da língua portuguesa, como a implementação do Acordo Ortográfico, a produção e circulação de material literário e didático e a criação de sistemas recíprocos de avaliação e reconhecimento de cursos e diplomas. Em preparação para o II Fórum, previsto para 2014, à margem da Cimeira de Díli, a Secretaria-Geral da Presidência da República do Brasil propôs a realização de reunião da Comissão Especial da Sociedade Civil, a ser agendada proximamente. Por sua vez, a Comissão Temática para a Promoção e Difusão da Língua Portuguesa dos Observadores Consultivos da CPLP realizou, em 11 de outubro de 2013, na Universidade do Algarve, a conferência “Língua Portuguesa, Sociedade Civil e CPLP”, com o intuito de examinar

formas de alavancar a participação da sociedade civil na promoção da língua portuguesa. A expectativa é de que as mencionadas reuniões aportem sugestões concretas de ação em prol da língua portuguesa.

b) Identificação dos desafios ao longo do percurso

O maior desafio à implantação da língua portuguesa nas OI é o alto custo dos serviços de interpretação e de tradução e publicação de documentos. As restrições orçamentárias impostas aos EM pela atual crise financeira mundial reduziram a capacidade da CPLP de contratar serviços de interpretação para eventos de alto nível, como as reuniões anuais da OIT, e de tradução para língua portuguesa dos portais virtuais das Nações Unidas e de outras organizações selecionadas. Igualmente onerosa, a formação especializada de tradutores e intérpretes para atuar nas OI ficou também comprometida pela escassez de recursos.

É preciso fortalecer e dinamizar as Comissões Nacionais do IILP, tendo em vista seu papel fundamental na consecução das tarefas do Instituto.

A difusão pública da língua portuguesa, em suas formas mais tradicionais, ressentiu-se da pouca capacidade institucionalizada no Secretariado Executivo para levar adiante alguns projetos recomendados pelo PAB, nomeadamente a criação do Portal da Língua Portuguesa da CPLP e a edição de coleções e antologias de autores dos EM.

No que respeita à promoção da língua portuguesa nas diásporas, as restrições orçamentárias foram o maior obstáculo a superar, em área tradicionalmente prioritária para os EM, alguns dos quais tiveram que reduzir os quadros de professores de língua portuguesa que mantinham no exterior.

A promoção da língua portuguesa parece exercer pouca atração sobre empresas e organizações não governamentais, de modo que ainda é modesta a participação da Sociedade Civil na promoção da LP, e poucos os projetos em desenvolvimento.

c) Identificação de ações de melhoria a implementar

A criação, em 2011, da Direção para a Ação Cultural e Língua Portuguesa trouxe maior capacidade de coordenação ao Secretariado Executivo da CPLP para implementar os projetos encomendados pelo PAB, em especial proceder ao levantamento das experiências na área da formação especializada de tradutores e intérpretes, para apresentação de propostas de promoção da formação daqueles profissionais, valendo-se da Rede de Instituições Públicas de Educação Superior (RIPES), projeto recentemente aprovado pela CPLP; bem como desenvolver o Portal da Língua Portuguesa da CPLP.

Para aprimorar a promoção da língua portuguesa junto às diásporas, é ainda necessário identificar oportunidades de convergência entre as políticas governamentais dos países de origem para as suas diásporas nacionais.

d) Reflexão crítica sobre os eixos temáticos vertidos no PAB

Os eixos temáticos do PAB tiveram, pelas razões já mencionadas, diferentes ritmos de implementação. Alguns registraram progressos, como a difusão do ensino da língua portuguesa no espaço da CPLP, a elaboração de VON, com metodologia para sua integração no VOC, e a difusão da língua portuguesa junto às diásporas. Outros registraram avanços mais lentos, como a implantação da língua portuguesa nas OI ou a participação da Sociedade Civil na promoção da língua portuguesa. Apesar dos avanços, há lacunas a preencher, pois as metas traçadas pelo PAB permanecem relevantes, sendo recomendável prosseguir os esforços já iniciados.

Para projetar a língua portuguesa a novo patamar, é necessário que os patamares anteriores estejam devidamente consolidados. É o caso, por exemplo, da ênfase na ação da língua portuguesa enquanto língua de ciência e inovação, que só se sustentará se as metas de difusão do ensino da língua portuguesa no espaço da CPLP forem alcançadas, pois não se constrói ciência com ensino de qualidade deficiente.

e) Destaque de medidas e objetivos do PAB a projetar no PALis

No âmbito do tema da língua portuguesa enquanto língua de ciência e inovação, cabe destacar as medidas adotadas para impulsionar a formação científica de estudantes, mediante projeto específico do Fundo Especial da CPLP.

Importa, igualmente, recordar a RIPES, projeto de uma rede das universidades e instituições públicas de educação superior nos países da Comunidade para promover o intercâmbio do conhecimento e a mobilidade académica de qualidade.

No que respeita à ação no âmbito da língua portuguesa enquanto fator de relevância na economia criativa, destaca-se a criação de acervos digitais, por organismos públicos e privados dos EM, para a preservação de conteúdos de património cultural da língua portuguesa. Há, entretanto, diagnósticos que indicam um elevado grau de fragmentação dos repositórios digitais das universidades e organizações que lidam com o conhecimento no espaço comunitário, sem que tenha havido, ainda, avanço de políticas públicas no sentido de prover articulação e sustentabilidade a projetos de digitalização em curso, garantindo o seu acesso.

Com relação à ação no âmbito da língua portuguesa junto das comunidades emigradas, ressaltam os programas criados para fortalecer os vínculos culturais daquelas com os países de origem, com ênfase na difusão da língua portuguesa, mediante a oferta de cursos de formação de professores de português como língua de herança ou como língua segunda, doação de livros e disponibilização de portais de entidades públicas de ensino dos EM.

No tocante à ação no âmbito da língua portuguesa no ensino a falantes de outras línguas, destaca-se a criação do PPPLE, plataforma cujo objetivo, dentre outros, é contribuir para que os EM da CPLP aprofundem o seu papel na difusão do idioma.